

Bibliografia selvagem: um estudo sobre a biblioteca do Ailton Krenak e seu catálogo colaborativo

Nathália Lima Romeiro

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da (UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/8114379946904948>

E-mail: ntromeiro91@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6274-4836>

Bruno Almeida dos Santos

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia.

Bibliotecário do Museu das Favelas, São Paulo, São Paulo, Brasil.

E-mail: bruno.bas18@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5026835394804711>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8735-3321>

Data de submissão :31/08/2022. Data de aprovação: 01/03/2023. Data de publicação: 22/09/2023.

RESUMO

Objetivo: Apresentar o catálogo virtual audiovisual da Biblioteca do Ailton Krenak, que se constitui a partir da contribuição voluntária e colaborativa de integrantes para compartilhamento de saberes e filosofias indígenas popularizadas nas falas de Ailton Krenak, um importante líder indígena, ambientalista, filósofo, pensador e escritor brasileiro. **Método:** A pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório e descritivo na qual foi realizado um mapeamento da Biblioteca do Ailton Krenak e de seu Catálogo Colaborativo em agosto de 2021, atualizado em fevereiro de 2023. **Resultado:** A Biblioteca do Ailton possui um catálogo colaborativo com cerca de 331 fontes de informação, sendo a maioria de material audiovisual, livros, matérias e artigos produzidos por Ailton Krenak ou com sua participação. **Conclusões:** O estudo evidencia a importância da Biblioteca do Ailton Krenak e seu catálogo colaborativo como importante fonte de informação e de educação que contribui para a emancipação dos sujeitos por meio da descolonização de saberes, assim como viabiliza a promoção da justiça social através da disseminação da cultura indígena brasileira.

Palavras-Chave: biblioteca do Ailton Krenak; catálogo colaborativo; descolonização de saberes; povos tradicionais brasileiros; saberes indígenas.

INTRODUÇÃO

A oralidade enquanto expressão comunicativa ocupa um lugar central no tempo e espaço marcando diversas sociedades que focaram os seus conhecimentos e o desenvolvimento das suas experiências na fala. Foi por meio da tradição da oralidade que a cultura e a memória social ancestral de muitos povos não foram extintas, como os saberes indígenas brasileiros, por exemplo, que têm como uma das suas fontes de informação os sujeitos participantes de sua comunidade, responsáveis por transmitir a sabedoria de seu povo de geração para geração (Barbosa; Mezacasa; Fagundes, 2018; Thompson, 1992).

O desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação facilitou os registros da oralidade para preservação e para compartilhamento de conhecimento. Assim, o material audiovisual viabiliza o registro, preservação e compartilhamento de saberes oralizados, possibilitando a salvaguarda desses conhecimentos e minimizando a perda semiótica da expressão cultural e filosófica indígena desses documentos.

Com base nisso, este estudo tem o objetivo de apresentar a Biblioteca do Ailton Krenak, uma biblioteca virtual, e exposição do Catálogo Colaborativo audiovisual com contribuição voluntária para compartilhamento de saberes e filosofias indígenas popularizadas nas falas de Ailton Krenak, um importante líder indígena, ambientalista filósofo, pensador e escritor brasileiro. Além disso, serão descritas as atividades da comunidade selvagem, grupo idealizador do projeto.

Acreditamos que estudos sobre fontes de informação, como a Biblioteca do Ailton Krenak e seu Catálogo Colaborativo, contribuem significativamente para a reparação da dívida histórica que o Estado brasileiro tem com seus povos originários e oferece uma perspectiva decolonial de comunicação dos saberes indígenas, que podem ser entendidos, portanto, como uma estratégia para promoção da justiça social.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, nela realizamos uma análise de conteúdo da Biblioteca do Ailton Krenak, seu Catálogo Colaborativo como aporte interpretativo dos dados. Além disso, o estudo evidencia a importância dessa biblioteca como espaço de informação, promoção de justiça social e de preservação da oralidade de Ailton Krenak nas mais diversas participações em programas, eventos, livros, textos, entrevistas, palestras, entre outras formas de comunicação.

METODOLOGIA DA PESQUISA

O estudo apresenta abordagem qualitativa, pois tem uma preocupação voltada para aspectos da realidade que não podem ser quantificados “[...] centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais [...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 32). A fim de explicar e proporcionar maior entendimento de um determinado fato e descrever as características de determinadas populações ou fenômenos, a pesquisa é caracterizada como exploratória e descritiva.

O mapeamento dos materiais foi realizado em agosto de 2021 e atualizado em fevereiro de 2023. Foram descritas e analisadas as categorias: *Título, data do material, temáticas principais, hashtags, o que nasceu a partir deste documento? onde aconteceu? Quais recursos de acessibilidade são disponíveis neste material? Quem organizou a fala ou a publicação do material? Quem registrou esse material? Tipo de material e link para acesso*; criadas por pessoas idealizadoras e demais membros do projeto.

COLONIALIDADE, DEPENDÊNCIA EPISTÊMICA E JUSTIÇA SOCIAL SOBRE SABERES INDÍGENAS BRASILEIROS

É necessário, antes de nos aprofundarmos sobre os conceitos que serão discutidos nessa seção, readequar a narrativa histórica em dois aspectos: o primeiro é que a ciência não é justa por si só e para discuti-la com intuito de promover justiça social é necessário que se compreenda as relações de poder envolvidas no processo de produção e de disseminação, seja qual for o tempo e espaço em que a pesquisa tenha sido produzida (Lorde, 2019; Mathiesen, 2015). O segundo aspecto é que a orientação do mundo tal como a modernidade nos apresenta precisa ser renomeada a partir do entendimento de que a colonização foi uma estratégia perversa para invenção e apropriação do ‘novo’ mundo ocidental.

A marcação negritada do dia 22 de abril no calendário brasileiro não se trata de uma referência à descoberta, mas sim à colonização dos povos que viviam em um longo processo de exploração territorial e de recursos naturais. Foi a partir da primeira tentativa de globalização que as grandes navegações e expansões marítimas marcaram a ruptura com a idade média e deram início ao que foi chamado de modernidade, que em outras palavras significa o período no qual se expandiu a colonização nas Américas (Abya Yala), África (Alkebulan) e Ásia, encomendada por sociedades europeias em crise com o ‘novo’ e em ascensão sistema econômico capitalista.

De acordo com Walter Mignolo (2017), a Modernidade

Apareceu primeiro como uma colonização dupla, do tempo e do espaço. Estou também argumentando que a colonização do espaço e do tempo são os dois pilares da civilização ocidental. A colonização do tempo foi criada pela invenção renascentista da Idade Média, e a colonização do espaço foi criada pela colonização e conquista do Novo Mundo. No entanto, a modernidade veio junto com a colonialidade: a América não era uma entidade existente para ser descoberta. Foi inventada, mapeada, apropriada e explorada sob a bandeira da missão cristã (Mignolo, 2017, p. 4).

O autor complementa que a partir da expansão marítima no século XV, com pretensão de explorar o Novo Mundo (nome dado a terras ocidentais que atualmente compreende o continente americano), uma nova orientação econômica global começou a se desenvolver: “[...] um mundo policêntrico e interconectado pelo mesmo tipo de economia [...]” (Mignolo, 2017, p. 4), capitalista. Ainda que no início não houvesse total ideia do que poderia ser feito no território invadido, não havia pretensão de ser algo a beneficiar os povos originários que aqui viviam.

No Brasil, a invasão foi realizada sob tamanha violência que até hoje é possível perceber a herança da exploração colonial na formação básica, como na divulgação da falsa ideia difundida em livros didáticos de que o Brasil foi descoberto e não invadido (Isaac; Rodrigues, 2017). Bittar e Ferreira Júnior (2018, p. 16) complementam ao explicar que a “colonização e catequese são dois processos históricos que não se separam e foi nesse processo que as primeiras práticas escolares nasceram no Brasil [...]”. Além disso, a catequização e aculturação dos povos originários foi agenciada por intermédio da reprodução da tradição literária, das leis, da moral e de costumes de Portugal, em detrimento da cultura local, impactando na cultura epistêmica, no ensino superior e na formação da comunidade intelectual brasileira.

Com o intuito de apresentar uma contra narrativa à hegemonia eurocentrada, Aníbal Quijano (2009) propõe uma reinterpretação das sociedades ao fundamentar uma teoria social capaz de explicar os processos de violência experienciados na constituição territorial das Américas, denominada colonialidade do ser, saber e poder. Para o autor, a colonialidade

[...] é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2009, p. 73).

A colonialidade foi gradualmente implementada por meio de estratégias que se desenvolveram nas quais eram fortalecidos pactos civilizatórios disfarçados de progresso econômico, como a catequização, a formação escolar, o estímulo ao matrimônio, à monogamia e à herança. Quijano (2009) argumenta que desde o princípio da colonização da América houve resistência contra o modo eurocentrista de produzir conhecimento. Entretanto, na esfera acadêmica, essa resistência começou a ser mais visível somente após a Segunda Guerra Mundial, possivelmente devido à fragilidade econômica e social que atravessavam os países envolvidos na guerra.

Quijano apresenta que a colonialidade operada no campo do saber se estabelece na priorização do conhecimento produzido por pessoas pertencentes a um grupo específico – majoritariamente branco. Grupo que por meios perversos privilegia e sedimenta teorias com intenção de explicar o mundo sob um único ponto de vista. Criando, dessa forma, dinâmicas de dependência para reforçar o privilégio europeu na esfera intelectual (Silva, 2020). Essa relação de dependência pode ser exemplificada se compararmos os saberes produzidos por pesquisadores europeus nos currículos universitários de diferentes campos do saber com os produzidos por sujeitos não brancos que tenham sobrevivido aos efeitos da colonização. Em complemento a essa ideia, a Doutora em Ciência da Informação Franciéle Carneiro Garcês da Silva reforça que a colonialidade.

[...] [a]ncora-se no conceito de raça utilizado como justificativa pelo sistema religioso, científico e capitalista [...] para produzir a hierarquização e classificação de pessoas em grupos étnico-raciais e sociais, algo que embora não se sustente cientificamente, ainda perdura até hoje no imaginário social. (Silva, 2020, p. 123)

Ao denunciar o racismo epistêmico nas estruturas de conhecimento, Silva (2020) atribui à branquitude a responsabilidade por essa dinâmica pelo fato de pessoas brancas não renunciarem a seus privilégios e assim reconfigurar o *status quo*.

A autora evidencia os efeitos da colonização no roubo de riquezas naturais e materiais dos territórios colonizados, no atroz processo de escravização de pessoas indígenas e negras e no apagamento das epistemes oriundas de povos não brancos, impondo uma explicação sobre o mundo propositalmente universalizada e injusta.

Uma das formas de resistência à colonialidade que se estabeleceu no âmbito acadêmico foi a popularização dos estudos decoloniais, que de acordo com Silva (2020, p. 123) “[...] busca dissolver estruturas de dominação e exploração que constituem a colonialidade [...]” uma vez que são definidos por Quintero, Figueira e Elizalde (2019) citado por Silva (2020, p. 123) como “[...] um conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade [...]”.

Em complemento ao pensamento de Silva (2020), Natalia Duque Cardona (2020) também critica o cartesianismo da ciência moderna ao reforçar a importância da contextualização intercultural na formação acadêmica. Com isso, fica cada vez mais palpável a promoção da justiça epistêmica aos saberes negligenciados, como foi o caso das populações negras e indígenas na história brasileira. Ademais, Franciéle Carneiro Garcês da Silva (2020) explica como a colonialidade do saber opera na Biblioteconomia reproduzindo o que a autora nomeia como uma dependência epistêmica das perspectivas ‘euro-norte-americanizadas’, perpetuando-se sob os pilares da branquitude, ideal que pode ser compreendido como uma estrutura que mantém o monopólio do pensamento branco nos ambientes acadêmico, social, político e jurídico.

Reconhecemos que, mesmo tendo desenvolvido uma vasta argumentação sobre a colonialidade na dimensão da raça em contraposição à classe, a teoria de Quijano (2010) não insere os efeitos da colonialidade de gênero no debate.

Consideramos essa uma fragilidade na obra do autor posto que as relações de gênero, sobretudo por meio da exploração de mulheres para fins de procriação e o extermínio de pessoas dissidentes da heteronormatividade foram tecnologias utilizadas para colonizar o território conforme explicaram María Lugones (2020) e de Rita Segato (2021).

Estudiosa e crítica da obra de Quijano (2000), María Lugones (2020) problematiza a construção social dos gêneros binários como fixos e produtores de significados. Segundo a autora, a colonização foi fundamentalmente violenta para mulheres, sobretudo na imposição da obediência a quem detinha seu pátrio poder (pai, marido, ou representante homem mais velho da família), na qual a ‘vocação’ para a maternidade foi naturalizada. Além disso, Lugones (2020) explica que, na conjuntura colonialismo-patriarcado, as mulheres não disputam o controle do acesso ao sexo. Assim, as diferenças entre gêneros foram “[...] pensadas nos mesmos termos em que a sociedade entende a biologia reprodutiva [...]” (Lugones, 2020, p. 69). Essa ideia é fundamental para compreender não só a opressão das mulheres como a violência contra a população LGBTQIAP+ que essencialmente disside do viés biológico reprodutivo no sistema colonial moderno.

Rita Segato (2021), leitora de Quijano e Lugones, discute os impactos da colonialidade no Brasil de maneira multidimensional contemplando as categorias: epistêmica, de gênero e sexualidade, relações étnico-raciais (pretos, indígenas e mestiços), na mídia, na moral cristã e no cárcere. A autora considera a colonialidade como uma perturbação e patologia, além de caracterizar o ‘olhar pornográfico do colonizador’ como algo que contamina as relações sociais nas aldeias por inserir nelas a moral civilizatória europeia.

Assim como Lugones (2020), Segato (2021) reforça a crítica à colonialidade ao apresentar o feminicídio como uma barbárie influenciada pelo sistema colonial moderno.

Segundo a autora (Segato, 2021, p. 89), “[...] a crueldade contra as mulheres aumenta à medida que a modernidade e o mercado se expandem [...]” formando acordos políticos inspirados nos modelos dos colonizadores e criando, dessa maneira, um Estado extremamente falho no tocante à proteção da cultura e das comunidades indígenas.

Em concordância com o pensamento de Lugones (2020) e Segato (2021), consideramos a violência doméstica um efeito da colonialidade. As autoras pontuam que este tipo de violência foi tornando-se cotidiano à medida que a colonização ampliou sua ocupação no território das Américas. Em contrapartida, Segato (2021) reconhece que havia no contexto de algumas comunidades indígenas dinâmicas desproporcionais nas relações de gênero. Segato (2021) chamou essas dinâmicas de patriarcado comunitário de baixa intensidade nas quais se percebem hierarquias de poder e exclusão. Entretanto, essa modalidade de patriarcado não se compara às dimensões do patriarcado colonial-moderno de alta intensidade, uma vez que entende o último oriundo do sistema capitalista e o capitalismo não fazia parte das relações econômicas dos povos originários latino-americanos (Segato, 2021).

É inegável a necessidade de ampliação do debate a respeito da cultura e do pensamento indígena. Uma das estratégias para extinguir o preconceito e preservar os saberes das populações indígenas brasileiras é oferecer, em perspectiva reparadora, a justiça social ao que antes fora negligenciado. Sabemos que é irreparável o genocídio ao qual as populações indígenas foram submetidas, entretanto, é possível preservar o conhecimento registrado, assim como é possível ampliar a rede de colaboração e proteção dos povos indígenas brasileiros, objetivo da Biblioteca do Ailton Krenak, que é objeto desta investigação.

Na próxima seção, a bibliografia e os catálogos bibliográficos serão apresentados como uma ferramenta decolonial que preserva o conhecimento registrado, reúne e organiza os saberes de Ailton Krenak, uma das principais lideranças indígenas da atualidade, no qual nos inspiramos para a realização deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA E OS CATÁLOGOS BIBLIOGRÁFICOS COMO FERRAMENTAS DECOLONIAL

Considerada fonte de informação secundária, a bibliografia citada pela primeira vez nos estudos de Gabriel Naudé (1633) tem sua história marcada por uma função institucional precisa que foi desenvolvida em um sistema de difusão cultural marcado pelo pensamento colonial, ao qual pertencia 'o mundo dos livros'. Para Nogueira (2016), a bibliografia, desde os seus primórdios, tem uma função instrumental de organizar a informação por meio de catálogos bibliográficos e documentais.

Segundo Balsamo (1998), a bibliografia também atua como uma intermediária entre a produção de livros e o público de potenciais leitores, expressando-se em múltiplos planos e pode servir tanto ao campo da pesquisa quanto ao comércio de livros. De acordo com Malclès (1967), uma bibliografia ou catálogo bibliográfico é um instrumento para o trabalho intelectual, com o objetivo de organizar, de preservar e de promover o acesso a registros de obras publicadas de diferentes autorias, países e temáticas.

Para Paul Otlet (2018), a bibliografia é concebida como um instrumento de descrição e classificação de diversos documentos como livros, periódicos e artigos de revistas, por exemplo. Na visão de Souza (2016), a bibliografia é uma ferramenta de registros de fontes de informação de todo um país ou de um determinado tema, diferente de um catálogo bibliográfico que é voltado para o acervo de uma instituição.

Em complemento a isso, Mey (1995) estabelece que os catálogos bibliográficos surgiram em diferentes momentos históricos das bibliotecas e são considerados uma das ferramentas mais antigas da história para descrever e organizar a informação. Assim, percebemos que muitas concepções que abordam ideias e funções relacionados aos catálogos de bibliotecas determinam o desenvolvimento e o uso dos catálogos na atualidade (Bastos, 2013).

Na visão de Shera e Egan (1969), os catálogos bibliográficos, que começaram como simples inventários, sempre participaram da evolução das bibliotecas e estiveram presentes em seu contexto histórico. Figueiredo (1996) também considera que os catálogos têm uma existência secular. Entretanto, foi somente em 1990 que se teve uma preocupação em avaliá-los como instrumentos de buscas bibliográficas (Romeiro; Santos, 2020).

No que se refere aos catálogos manuais, destacamos que eles eram utilizados na maioria das bibliotecas nos formatos livros e/ou de fichas. Sua função principal era atender a atividades de organização do acervo “[...] como os boletins de aquisição da biblioteca, o catálogo acumulado em forma de livro e o catálogo de folhas soltas” (Bastos, 2013, p. 40). Para Sousa e Fujita (2012), estes catálogos nasceram com intuito de fazer o armazenamento e registro de informações de documentos existentes em um acervo de uma biblioteca, porém, com o aumento da produção de materiais impressos, o foco destes catálogos passou a ser a recuperação de informação.

Com o passar do tempo, os catálogos manuais foram automatizados, passando do formato manual para *online*, neste último, os usuários tiveram a possibilidade de “[...] ampliar suas buscas através do número de chamadas de classificação, descritores de assuntos adicionados às entradas do catálogo e abreviações de títulos de periódicos, por exemplo” (Bastos, 2013, p. 64). A literatura mais especializada chamou este tipo de catálogo de OPAC (*Online Public Access Catalog*), em relação aos catálogos impressos, esses oferecem vantagens para o acesso de informação, como a aceleração no processo de busca e de recuperação da informação, uma maior probabilidade de padronização das informações, entre outros fatores (Araújo; Oliveira, 2005).

Estudiosos como Sousa e Fujita (2012) e Rubi (2008) lembram que a automatização dos catálogos das bibliotecas possibilitou muitas melhorias como a integração das funções bibliotecárias de consulta, empréstimo individual, empréstimo entre bibliotecas, processamento técnico, recuperação de informação, realização de pesquisas por autor, assunto e título de forma dinâmica e rápida.

Contudo, mesmo trazendo muitos avanços para as bibliotecas, os catálogos bibliográficos na sua forma *on-line* – assim como as bibliografias – ainda continuam focando em determinadas produções do conhecimento relacionadas com a escrita e com o conhecimento colonial. Por essa razão, é necessário pensar em outros caminhos para a bibliografia e os catálogos bibliográficos nos quais seja possível contemplar saberes e fontes de informação diferentes das impostas.

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação precisam repensar quais as fontes de informação estão sendo descritas, registradas e classificadas em nossas bibliografias e catálogos bibliográficos e o porquê existe uma ausência de estudos sobre determinadas fontes de informação, como as produzidas pelas comunidades subalternizadas ameríndias, africanas e periféricas. Dessa maneira, cientistas podem trazer aos seus campos de estudo outros saberes importantes para a construção do conhecimento que foram invisibilizados por um modelo de poder, tal como fora explicado na seção anterior. Com isso, profissionais da informação deveriam contra posicionar-se à exploração colonial, de forma a refletir a relação entre sujeitos nas posições de dominação e subordinação; questionando a percepção da Europa como ideal de modelo civilizatório e como referência científica hegemônica, central na produção, circulação e disseminação de informação, saberes e do conhecimento (Quijano, 2014).

Pensar em catálogos bibliográficos e bibliografias com outros formatos e com outros saberes só será uma realidade possível quando a Biblioteconomia e a Ciência da Informação se colocarem ‘na encruzilhada’ no enfrentamento às práticas hegemônicas. Assim, talvez se constitua uma via argumentativa capaz de descolonizar suas fontes, práticas, unidades e saberes, posto que o monopólio sobre determinados conhecimentos possibilita a construção de uma narrativa singular e exclui outros conhecimentos e outras formas de interpretar o mundo, desautorizando, dessa maneira, a construção de uma epistemologia periférica do Ocidente.

A natureza colonial do saber está corporificada na geografia do conhecimento, na qual conceitos como razão, verdade e ciência se tornam atributos desejáveis nas zonas metropolitanas. Isso faz com que as informações e saberes vindos das colônias e de seus habitantes sejam classificadas como populares, leigos, naturais, de ignorância e até mesmo ‘sem lei’ (Alves, 2020). Por isso, Biblioteconomia e Ciência da Informação devem se perguntar a quem seus instrumentos de organização e recuperação de informação estão servindo e, ainda, quais saberes estão de fora do debate.

Questionamentos como os aqui levantados podem ser o ponto de partida para descolonizar as nossas bibliografias e nossos catálogos bibliográficos por meio do reconhecimento daquilo que fora invisibilizado. Assim, será possível criar estratégias para a visibilidade e promoção do conhecimento de saberes historicamente subalternizados. A seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa.

A BIBLIOTECA DE AILTON KRENAK E A PRESERVAÇÃO DO CONHECIMENTO INDÍGENA DA COMUNIDADE SELVAGEM

A Biblioteca do Ailton Krenak é uma iniciativa da Comunidade Selvagem e seu objetivo principal é catalogar, organizar e possibilitar o acesso às falas do líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor Ailton Krenak (Freire, 2021). A biblioteca virtual do Ailton Krenak foi inaugurada no dia 11 de junho de 2021, é organizada, atualizada e aprimorada por cerca de 19 voluntários, além de contar com a colaboração de usuários que, por meio de um formulário eletrônico podem indicar:

[...] vídeos do YouTube, entrevistas, matérias ou artigos assinados pelo pensador indígena para que sejam incluídos na biblioteca. Mas, antes de fazer sua contribuição, é importante pesquisar os conteúdos disponíveis para evitar duplicidade (Nunes, 2021, *online*).

Na página inicial da biblioteca virtual, encontramos uma arquitetura simples e colorida. Ela também orienta a navegação pelo site através das categorias: *como pesquisar, como indicar novos materiais para a biblioteca, os registros das falas de Ailton Krenak e o grupo de voluntários da comunidade Selvagem*, tal como representado na *figura 1* (Freire, 2021).

Figura 1 – Página inicial da Biblioteca do Ailton Krenak

Biblioteca do Ailton Krenak

Uma iniciativa da [comunidade Selvagem](#) para catalogar, organizar e acessibilizar as falas do Ailton Krenak.

Como pesquisar:

- No botão de busca, acima dos vídeos, você pode pesquisar por assunto, participantes ou nome evento.



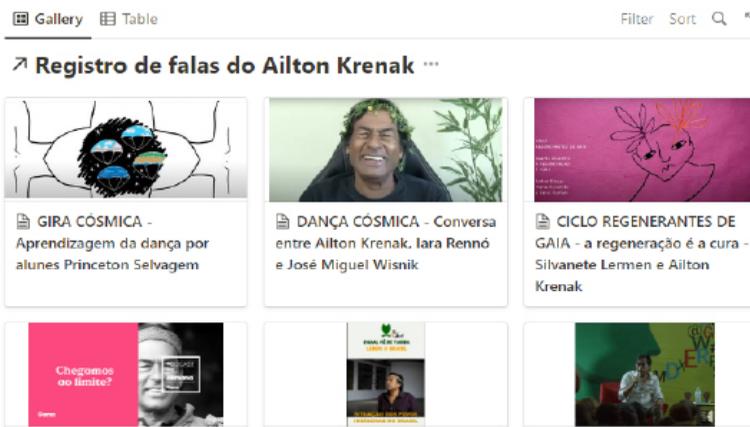
- Clicando na miniatura do material escolhido, você poderá ver o conteúdo completo da fala e as

Fonte: Freire, 2021.

Figura 2 – Como indicar materiais para a biblioteca

Como indicar novos materiais para a biblioteca:

Neste formulário você pode indicar vídeos de YouTube, entrevistas, matérias ou artigos do Krenak para que sejam disponibilizados aqui na biblioteca. Antes de enviar, pra ajudar na organização, te pedimos para pesquisar se o material que você quer indicar já está cadastrado para não termos duplicidade ;)



Fonte: Freire, 2021.

No tópico intitulado *como pesquisar*, encontramos o passo a passo para realizar uma pesquisa no catálogo da biblioteca. No subtítulo *como indicar novos materiais para biblioteca* (figura 2), você encontra indicações para envio de materiais ao acervo a partir de um formulário. No campo *registros das falas de Ailton Krenak*, encontramos o acervo da biblioteca disposto em formato de tabela no qual estão registrados cerca 331 fontes de informação, sendo a maioria audiovisual, mas também existe livros, matérias e artigos com presença ou produção de Ailton Krenak. Por fim, é possível consultar nome dos voluntários no projeto clicando em *grupo de voluntários da comunidade Selvagem* (Freire, 2021).

A catalogação dos vídeos e de outras fontes de informação segue a seguinte ordem: *título da fonte de informação* destacado em negrito, *data do material*, *onde aconteceu*, *temáticas principais*, *que outras pessoas participam*, *hashtags*, *tipo de material*, *quem organizou a fala ou publicação do material*, *quem registrou*, *quais os recursos de acessibilidade disponíveis* e o que nasceu a partir deste material, como mostramos na *figura 3* (Freire, 2021).

Figura 3 – Representação de um conteúdo catalogado na Biblioteca do Ailton Krenak

GIRA CÓSMICA - Aprendizagem da dança por alunes Princeton Selvagem

📅 Data do material	July 1, 2022
🔗 URL Link	https://www.youtube.com/watch?v=fW5JP-a_3XM
📍 Onde aconteceu	Youtube
🏷️ Temáticas principais	Povos Originários
👤 Que outras pesso...	Anna Dantes Iara Rennó José Miguel Wisnik Pedro Meira Monteiro
🏷️ Hashtags	#danca #Arte #plantas
📁 Tipo de material	Video

Fonte: Freire, 2021.

A Biblioteca do Ailton Krenak conta com um acervo de 331 materiais audiovisuais indexados. A equipe responsável pelo projeto é interdisciplinar, entretanto, cabe destacar que não há nenhum profissional ou pesquisador de Biblioteconomia ou Ciência da Informação envolvidos (Freire, 2021). Os materiais são catalogados por meio de um formulário via *google forms* e, posteriormente, após avaliação da equipe, os conteúdos aprovados são inseridos no catálogo. Identificamos esta iniciativa como um representativo espaço de informação para oralidade, apesar do pouco tempo de existência (criada em 2021). Além disso, pode ser considerada uma estratégia decolonial de compartilhamento dos saberes, tal como apontado por Quijano (2009), Mignolo (2017) e Silva (2020), pois permite a ruptura da hegemonia científica e amplia o acesso aos saberes e à cultura das comunidades indígenas brasileiras.

Foram encontrados na página dessa biblioteca virtual mais 150 horas de falas de Ailton Krenak registradas desde 2012 e disponibilizadas por meio de *links* que nos levam ao endereço do vídeo indicado.

Além desses materiais, a biblioteca também reúne artigos, entrevistas escritas e outras comunicações em que Ailton Krenak esteve presente. Nesse sentido, para além de uma fonte de informação focada na oralidade, o acervo também reúne conteúdos de diferentes naturezas, tornando, assim, tal acervo uma biobibliografia da obra de Krenak.

Para organização do acervo bibliográfico, foram utilizadas as seguintes categorias: título, data do material, temáticas principais, *hashtags*, o que nasceu a partir deste documento? onde aconteceu? Quais recursos de acessibilidade são disponíveis neste material? Quem organizou a fala ou a publicação do material? Quem registrou esse material? Tipo de material e *link* para acesso. A partir desta categorização, compreendemos que a forma como o conhecimento está organizado obedece a uma estrutura de pensamento que identifica e descreve o documento, como na *figura 4*.

Figura 4 – Representação das categorias ‘temáticas principais’ e ‘hashtags’

Registro de falas do Ailton Krenak

Qual o título do material?	Data do ...	Temáticas principais	Hashtags
Caso Dom e Bruno: 'Brasil está desgove	June 14, 2022	Ética e Sociedade	#denúncias #governobolso
#31 Água, meio ambiente, vida, com Ai	April 1, 2022	Meio ambiente	#watu #cultura #ciclodan
Sem Estúdio entrevista - Ailton Krenak	October 8, 2022	Meio ambiente	#futurodo meioambiente #p
Ciclo Pororoca V - Festival Artes Verten	February 18, 2022	Meio ambiente	#agua #pororoca #movin
[DIÁLOGO] "Ecologia do desastre", os t	March 22, 2022	Meio ambiente	#territoriosindigenas #ecosi
PAISAGEM CRITICA NHEERY-MAMAÉ	March 20, 2022	Meio ambiente	#floresta #nheery #cultur
Ailton Krenak: "Humanidade vive divór	March 29, 2022	Meio ambiente	#pandemia #ideiasparaadia
20ª FIL Projeto Utopia: "Meio Ambien	August 25, 2022	Meio ambiente	relaçãocomaterra terraorga
Conferência Magna de Abertura com A	November 3, 2022	Meio ambiente	#biodiversidade #povosdafi
Conferência Cátedra CALAS - IEAT : Pro	November 16, 2022	Meio ambiente	#desenvolvimentosustentavel
CONEXÃO AO VIVO com AILTON KREN	February 17, 2022	Meio ambiente	#natureza #humanidade
Diálogos do Terra Madre Brasil – Deba	November 21, 2022	Meio ambiente	#sociedade #meioambiente

Fonte: Freire, 2021.

Nota-se que em algumas categorias fica difícil de identificar o propósito do campo, tal como ocorre nas categorias *temáticas principais* e *hashtags*, duas categorias referentes à representação temática de documentos (Freire, 2021). Traduzindo para a linguagem biblioteconômica-informacional essas categorias correspondem às atividades de classificação (mediante um sistema de organização do conhecimento estruturado) e indexação (etiquetagem, considerando o ambiente digital).

Entretanto, percebe-se um equívoco, pois a representação temática não ocorreu mediante um sistema preestabelecido. Quanto à etiquetagem realizada por meio das *hashtags*, estas representam a classificação da pessoa colaboradora ao indicar um arquivo ao acervo. A este tipo de etiqueta chamamos de *folksonomia*, ou classificação do povo, na qual é a pessoa usuária quem classifica o assunto do documento em questão.

A biblioteca faz parte de um projeto chamado 'Comunidade Selvagem' que se trata de um ambiente digital educativo que inclui livros, grupos de leitura, vídeos, minicursos e palestras sobre literatura, filosofia e demais saberes indígenas brasileiros. Cabe destacar o quanto o projeto avançou desde que o tornamos objeto de investigação no seminário *Arte da Bibliografia* em 2021 (Seminário ..., 2021). Estudamos o projeto desde agosto de 2021 e, um ano depois, foi possível observar mudanças significativas não só no acervo da biblioteca selvagem que antes tinha 190 e agora tem 331 materiais no acervo, como também na ampliação de comunicações entre a comunidade selvagem e o público tal como representado na *figura 5* (Selvagem ..., 2018).

Figura 5 – Comunidade Selvagem



Fonte: Selvagem ..., 2018.

Cada uma das imagens representadas na figura 5 indica um determinado tipo de conteúdo promovido pela comunidade selvagem, correspondendo ao ciclo selvagem, como chamam as pessoas idealizadoras. O *ciclo dos sonhos* corresponde a um grupo de estudos sobre sonhos na perspectiva filosófica indígena brasileira. O *ciclo regenerantes de Gaia* tem como objetivo refletir sobre o cuidado com o planeta Gaia (Planeta Terra). De acordo com a descrição da página, esse ciclo é direcionado a quem deseja abrir uma janela “nesta matriz chamada de humanidade e pesquisar formas de se tornar regenerante de Gaia” (Selvagem ..., 2018, *online*).

O *ciclo mulheres plantas e curas* tem o propósito de refletir sobre a *mulheridade* e sua relação entre as plantas e a cura.

É um espaço onde aprender, dialogar e compartilhar saberes entre mulheres é fundamental para estabelecer conexões entre elas e para além das comunidades, o que torna, sobremaneira, este espaço um espaço de reflexão sobre colonialidade e gênero, tal como nos apresentou Lugones (2020) e Segato (2021). O *ciclo de memórias ancestrais* tem como propósito principal o compartilhamento de saberes e tradições das comunidades, tornando seus saberes visíveis e rompendo com a dependência epistêmica, conforme explicou Silva (2020). Os encontros desse ciclo específico estão programados para o ano de 2023, a partir disso, notamos que os diálogos seguem sendo organizados e continuados na comunidade selvagem, proporcionando, assim, uma formação continuada para o público.

No ícone *cadernos*, foram encontradas todas as publicações bibliográficas do acervo em três idiomas (português, inglês e francês), o que consideramos importante para ampliar a visibilidade dessas produções. Nessa seção, encontramos publicações de diversas autoras e autores indígenas. Nesse sentido, o que começou com o propósito de reunir a produção de um único líder se ampliou e hoje visibiliza outras personalidades da literatura e filosofia indígena brasileira. A seção *feche os olhos e veja*, que ainda está em elaboração, trata-se de conteúdos em áudio a serem disponibilizados na plataforma *Spotify* (Selvagem ..., 2018).

Flecha selvagem corresponde a uma série de histórias indígenas promovidas pela comunidade selvagem e disponibilizadas no *Youtube*. A proposta da divulgação deste conteúdo é ampliar as formas de conexão a partir da literatura e oralidade indígena (Selvagem ..., 2018). De acordo com a descrição da página, “a Flecha abre caminho para que sejam feitas novas perguntas”, é destinada ao público geral e também é “um convite para que escolas, universidades, pontos de cultura e projetos comunitários de educação acessem narrativas mais pluriversais” (Selvagem ..., 2018, *online*).

No ícone *canal do Youtube*, somos direcionados ao canal da comunidade nesta plataforma, no qual há todas as comunicações promovidas pela comunidade selvagem. Em *Nhe'ery/ guarani* que significa ‘onde os espíritos se banham’, é possível acompanhar a narrativa do líder e cineasta Carlos Papá da etnia Guarani Mbya pela mata atlântica em que foram traduzidas diversas terminologias indígenas para o português. Além disso, comunica saberes para o bem-viver (Selvagem ..., 2018).

O ícone *Shuba Hiwea*, conhecido como escola viva, versa sobre os saberes do pajé e educador acreano Dua Base sobre a cultura Huni Kuin, incluindo histórias, medicina, música e espiritualidade (Selvagem ..., 2018). Além deste, também representam o conhecimento de comunidades específicas os ícones *Apne Ixkot Hâmipak* – Escola floresta Maxakali; *Mbya Arandu Porã* – Ponto de cultura Guarani; *Bahserikowi* – medicina indígena Tukano.

Ademais, ressalta-se que é possível contribuir para a manutenção das escolas vivas indígenas clicando no *link colaborar*, no qual são arrecadadas doações para a causa (Selvagem ..., 2018).

No ícone, *tripulação* é descrita toda a rede de colaboradoras e colaboradores da comunidade selvagem e da Biblioteca do Ailton Krenak. O ícone *comunidade* indica formas de colaborar para a ampliação do acervo da biblioteca do Ailton krenak. No ícone *mapa* de navegação, é possível consultar os relatórios das ações do grupo nos anos anteriores, trazendo, dessa forma, amplo acesso à informação e divulgação das ações para viabilização do projeto (Selvagem ..., 2018). No ícone de *livros*, é possível comprar os livros produzidos pelo projeto. Por fim, após descrevermos a Biblioteca do Ailton Krenak, seu acervo e seu Catálogo Colaborativo, assim como a estrutura do site no qual ela está localizada, ressaltamos a sua importância da iniciativa como espaço de informação sobre saberes dos povos originários, principalmente àqueles produzidos e disseminados pela oralidade (Selvagem ..., 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito apresentar novas formas de construção de bibliografias e de bibliotecas como no caso da Biblioteca do Ailton Krenak, seu acervo e catálogo. Fontes de informação que foram reunidas de forma voluntária e colaborativa e apresentam, em sua maioria, materiais audiovisuais da oralidade do ambientalista, filósofo, poeta e escritor Ailton Krenak, importante pensador e liderança dos povos indígenas.

Acreditamos que estudos como esses são fundamentais para dar visibilidade aos saberes dos povos tradicionais e refletir sobre os efeitos da colonização na produção de conhecimento. Ademais, esse tipo de estudo amplia os horizontes para a elaboração de estratégias de compartilhamento de saberes historicamente subalternizados com vistas a alcançar a justiça social para as comunidades envolvidas.

Entendemos que a organização e compartilhamento dos conteúdos aqui apresentados podem ser uma estratégia para romper a dependência epistêmica presente nos fazeres científicos e profissionais, além de ser uma estratégia para promoção da justiça social em relação à intelectualidade de pessoas indígenas brasileiras.

ISAAC, P. A. M.; RODRIGUES, S. F. P. Educação escolar indígena: impactos e novas formas de colonização. *Revista Cocar*, Belém, v. 11, n. 22, p. 60-86, jul./dez. 2017.

LORDE, A. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.

MALCLÈS, L. *La bibliographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

MATHIESEN, K. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. *Library Trends*, v. 64, n. 2, p. 198-225, 2015.

MEY, E. S. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista brasileira de ciências sociais* [online], v. 32, n. 94, e329402, jun. 2017. ISSN 1806-9053. DOI 10.17666/329402/2017.

NAUDÉ, G. *Bibliographia politica*. Venise: F. Baba, 1633.

NOGUEIRA, W. A. “O livro como uma força na História”: a bibliografia como fonte de informação e método de pesquisa. *Revista Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 152-164, ago. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118779>. Acesso em: 11 ago. 2022.

NUNES, M. Biblioteca Ailton Krenak: “uma biblioteca irreverente, que fala, que não pede silêncio”, celebra o pensador indígena. *Conexão Planeta*. jun. 2021. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/biblioteca-ailton-krenak-uma-biblioteca-irreverente-que-fala-que-nao-pede-silencio-celebra-o-pensador-indigena/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

OTLET, P. *Tratado de Documentação: o livro sobre o livro teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2018. 700 p.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.;

MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Edições Almedina SA, jan. 2009. p. 73-117.

QUIJANO, A. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. In: LANDER, E. (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

QUIJANO, A. La tensión del pensamiento latinoamericano [1987]. In: QUIJANO, A. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 697-704.

REFERÊNCIAS

ALVES, U. S. *Por uma biblioteconomia decolonial*. São Paulo: CRB8, 2020. Disponível em: <https://crb8.org.br/oldsite/por-uma-biblioteconomia-decolonial/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

ARAÚJO, E. A.; OLIVEIRA, M. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, M. (coord). *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 29-43.

BALSAMO, L. Ayer y hoy de la bibliografía. In: BALSAMO, Luigi. *La bibliografía: historia de una tradición*. Gijón: Trea, 1998. (Biblioteconomía y Administración Cultural, 20). p. 11-16.

BARBOSA, J. M. A.; MEZACASA, R.; FAGUNDES, M. G. B. A oralidade como fonte para a escrita das Histórias Indígenas. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 18, n. 37, p. 121-145, set./dez. 2018.

BASTOS, F. M. *A interação do usuário com catálogos bibliográficos on-line: investigação a partir da Teoria Fundamentada*. 2013. 255 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus Marília, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2013.

BITTAR, M.; FERREIRA JUNIOR, A. A pedagogia brasileira nos primeiros tempos da colonização: escolas de ler e escrever, teatro, música e ensino de artes mecânicas. *Revista IRICE*, n. 32, p. 13-38, 2017.

CARDONA, N. D. La subordinación em la ciencia ¿una consecuencia de la cohesión social? Ideas para observar la Bibliotecología e Ciencia de la Información. In: CARDONA, N. D.; SILVA, F. C. G. (org.). *Epistemologias latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil*. Florianópolis: Rocha gráfica e editora, 2020. p. 25-44.

FIGUEIREDO, N. M. *Textos avançados em referência e informação*. São Paulo: Editora Polis; APB, 1996.

FREIRE, B. (coord.). *Biblioteca do Ailton Krenak*. 2021. Disponível em: <https://www.notion.so/Biblioteca-do-Ailton-Krenak-cd446ab5c7c4448ffb3111f3c9ef833d9>.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

- ROMEIRO, N. L.; SANTOS, B. A. Bibliografia lilás: Lesboteca e a construção de um catálogo bibliográfico para visibilidade lésbica. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 25, n. esp., p. 01-22, 2020. ISSN 1518-2924. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e73458>.
- RUBI, M. P. *Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias*. 2008. 166 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.
- SEGATO, R. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- SELVAGEM – CICLO DE ESTUDOS SOBRE A VIDA. *Selvagem em ciclo*. 2018. Disponível em: <https://selvagemiciclo.com.br/>. Acesso em: 8 jan. 2022.
- SOUSA, B. P.; FUJITA, M. S. L. Do catálogo impresso ao on-line: algumas considerações e desafios para o bibliotecário. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 59-75, jan./jun. 2012.
- THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SEMINÁRIO INTERNACIONAL A ARTE DA BIBLIOGRAFIA, 8, 2021. São Carlos. *Anais [...]*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2021. Tema: Bibliografia e Justiça Social. Disponível em: <http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/viii/viii/schedConf/presentations>. Acesso em: 8 jan. 2023.
- SHERA, J. H.; EGAN, M. E. *Catálogo sistemático: princípios básicos e utilização*. Brasília: Ed. UnB, 1969.
- SILVA, F. C. G. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. In: CARDONA, N. D.; SILVA, F. C. G (org.). *Epistemologias latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil*. Florianópolis: Rocha gráfica e editora, 2020. p. 119-202.
- SOUZA, W. E. R. O catálogo editorial e a bibliografia como fontes de pesquisa: avanços e desafios na era digital. In *CID: Revista Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 202-223, ago. 2016. DOI 10.11606/issn.2178-2075.v7iespp202-223.